



2014 SERÁ UM ANO ATÍPICO. A COPA DO MUNDO IMPRIMIU AOS BRASILEIROS, ESPECIALMENTE OS QUE HABITAM NAS CIDADES-SEDE, UM NOVO CALENDÁRIO. O SEMESTRE LETIVO E AS FÉRIAS ESCOLARES JÁ FORAM MUDADOS. MUITAS EMPRESAS TAMBÉM ESTÃO DANDO FÉRIAS COLETIVAS AOS SEUS FUNCIONÁRIOS. E PARA NÓS, SOBRA A RESIGNAÇÃO?

2014 TAMBÉM SERÁ UM ANO ELEITORAL. VOTAREMOS PARA PRESIDENTE, SENADOR, DEPUTADO FEDERAL E ESTADUAL. TEMOS NOVAMENTE UMA CHANCE. IREMOS APROVEITÁ-LA?

MAS O QUE DE FATO NOS ESPERA EM 2014? E NÓS, O QUE DEVEMOS ESPERAR DESTE ANO QUE SE APROXIMA?

2013 FOI ANO DE MOVIMENTAÇÃO. A POPULAÇÃO, AINDA QUE DESORGANIZADAMENTE, PERCEBEU QUE É POSSÍVEL SE MANIFESTAR, MOSTRAR DESCONTENTAMENTO, DESCRUZAR OS BRAÇOS E IR À LUTA. ESTE JÁ FOI UM ANO QUE ENTROU PARA A HISTÓRIA. PORÉM, PARA QUE AS MANIFESTAÇÕES NÃO SEJAM APENAS UMA VAGA LEMBRANÇA É PRECISO FAZER DO ATO DE LUTA UMA ROTINA.

BUSQUEMOS UM PAÍS MELHOR TODOS OS DIAS, NOS PEQUENOS E NOS GRANDES ATOS. COMECEMOS A MUDANÇA EM NÓS.

DESCRUZEMOS OS BRAÇOS, ABANDONEMOS O SOFÁ E A TV, SEJAMOS SUJEITOS DA MUDANÇA.

É PRECISO MUDAR. É POSSÍVEL MUDAR. FAÇAMOS UM BRASIL NOVO EM 2014, JUNTOS!

EDITORIAL *Greve, eleições, copa do mundo. Como pautar 2014?*

O governo decretou os feriados da Copa do Mundo. Muitos comemoram a oportunidade de sediar um evento desta magnitude. Do outro lado alguns percebem a maquiagem que é feita para receber tal evento. Mais que isso, sabe-se dos gastos milionários com uma questão completamente supérflua, quando falta recurso para tantas questões essenciais. E se o time do Brasil ganhar o torneio? Aí a situação está agravada, volta-se à política

do pão e circo, se é que já saímos dela.

Na sequencia do mundial de futebol vem a campanha eleitoral. A animação dos jogos nem descansa e já começam os bandeiraços, comícios, carreatas (mesmo que proibidas), etc. Quando menos se espera o país terá outros parlamentares (ou os mesmos), outro presidente (ou não), outros governadores de estado (será?).

Esta é a pauta do capitalismo para 2014.

Vendem produtos verde-amarelo de todos os tipos. Já existe até televisão com função torcida. Sem falar no discurso de que a Copa movimentará a economia, ampliará a visibilidade turística dos estados, trará progresso ao país. Mas e a nossa pauta?

Recentemente, no XI Congresso da Condsef, foi aprovada greve geral dos servidores federais para março de 2014. Na pauta de reivindicações está o tratamento "padrão FIFA" para

as questões dos servidores, que bolam há anos, de governo em governo. Essa sim deve ser a nossa pauta.

O sucesso dela, porém, depende da nossa ruptura com a pauta do capital. Depende da nossa capacidade de sermos sujeitos ativos de uma história que precisa mudar. Depende do nosso desprendimento do sistema já arraigado em nós. Depende da nossa luta. Em 2014, lutemos!

A Direção Colegiada

A G E N D A

Próxima reunião de aposentados e pensionistas será dia 24 de janeiro

Artigo: Justiça, esta caixa preta (pág 2)

Retrospectiva 2013. Como foi o ano para os servidores federais? (págs 3 a 7)

Tudo sobre o XI ConCondsef e os desafios da nova gestão da Confederação (pág 8)

fala aí

ARTIGO

Justiça, esta caixa preta

Sempre parto do pressuposto que todo debate público – mal ou bem realizado – tem um efeito pedagógico positivo, no sentido de estimular as pessoas e a tomarem ciência da realidade, a exercerem o hábito de ouvir, falar e refletir. A discussão acerca do chamado “mensalão”, por exemplo, vem mobilizando a imprensa e a sociedade. São questões importantes em jogo: corrupção, uso irregular da máquina pública, ética na política. Mas há uma, em particular, ainda pouco explorada. E que deveria, a meu ver, causar também bastante incômodo: o imenso e ilimitado poder do Judiciário.

Não quero entrar aqui no mérito do “mensalão”, até porque se deve sempre partir do pressuposto que a malversação de recursos públicos deve ser punida com o rigor da lei. Mas reside justamente aí o primeiro – e grande – problema: a forma como o Supremo Tribunal Federal realizou o julgamento. O STF relegou um princípio

fundamental do Direito: o que diz que a dúvida deve sempre favorecer o réu. O caso mais emblemático é o José Dirceu. Segundo um dos mais respeitados juristas do país, Ives Gandra Martins, opositor histórico do petista, professor emérito da Universidade Mackenzie, da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército e da Escola Superior de Guerra e autor de dezenas de livros, “Dirceu foi condenado sem provas”. E não só ele.

O argumento básico usado pelo STF para a condenação de boa parte dos réus foi o que se chama no Direito de “teoria do domínio do fato”. Segundo esta tese, para se condenar alguém bastariam indícios e presunções. Não seriam necessárias provas materiais. Um depoimento contrário ao réu que é chefe, por exemplo, pode embasar um veredicto. Porque, ocupando um cargo de chefia, você teria de “dominar” tudo o que acontece com seus subordinados.

A insegurança jurídica dos brasileiros a partir de

agora é evidente. Imagine a seguinte situação: você é responsável por um determinado setor, num cargo de chefia. Uma das pessoas comete um crime e o atribui a você. Não há prova alguma senão o depoimento dela. Como você é a chefe, pela teoria do domínio do fato, você deveria saber. E também será condenado.

Convido quem estiver lendo a puxar pela memória ou olhar ao redor: qual o pai e a mãe que têm total controle sobre as ações de seus filhos? Quem nunca foi ludibriado embaixo do próprio nariz? Em casa, no grupo de amigos, na escola? Numa máquina pública ou privada, pequena ou imensa, se você é chefe, é evidente que é impossível um controle com tal rigor. Mas, de agora em diante, o Judiciário abriu este precedente.

Além disso, em muitas das ações no julgamento do “mensalão” os ministros não agiram como magistrados, ou seja, de forma imparcial. Basta lembrar as sessões realizadas num ano eleitoral,

os mandatos de prisão expedidos em pleno feriado de 15 de novembro e a recusa de admitir o regime semi-aberto para presos com doenças crônicas graves. Fica claro que o STF sucumbiu à pressão e à vaidade da mídia, quando deveria simplesmente cumprir a lei.

Por último, vejo com alegria uma fiscalização intensa do nosso jornalismo sobre os poderes Executivo e Legislativo. Mas o Judiciário continua “correndo frouxo”. Existem denúncias, mas em proporção infinitamente menor. Aliás, por que não há no Brasil eleição para cargos do Judiciário, como existe nos EUA, por exemplo? Todo poder em excesso ou sem limites traz riscos à convivência social. No Brasil, diga-se de passagem, o Poder Judiciário ainda é uma grande caixa preta, que pode tudo sem ser questionado.

Demétrio Andrade
Jornalista e sociólogo

O Jornal do SINTSEF/CE é uma publicação mensal de responsabilidade da Direção Colegiada do Sindicato dos Trabalhadores do Serviço Público Federal no Estado do Ceará.
Jornalista responsável: Luciana Barroso JP CE 2117. Tiragem: 10 mil exemplares. Impressão: Expressão Gráfica. Editoração: EdStudio Graphic Design.
As matérias assinadas não refletem, necessariamente, a opinião da entidade.

GERAL
Luciano Filgueiras
Luís Carlos Macêdo
FORMAÇÃO POLÍTICA E SINDICAL
Ana Maria Parente
Manoel de Santana Neto
Onidracir Ribamar do Rosário

FINANÇAS
Francisco Teles
Valmir Braga
SÓCIO-CULTURAL E MOVIMENTOS POPULARES
Anna Lúcia Costa
Fca. Constância de Souza
Jucilene Viana de Sousa

COMUNICAÇÃO
Artur Camurça Torres
Joacir Moreira
Vera Lúcia Cândido de Oliveira
JURÍDICA
Edmundo Coutinho
Adriano Duarte Fernandes
José Arteiro da Silveira

SAÚDE DO TRABALHADOR
Arnaldo Campelo Dantas
Flávio Inácio de Lima
APOSENTADOS E PENSIONISTAS
Carlos Eugênio Pereira
Francisco Oliveira Duarte
José Ataíde de Figueiredo

ADMINISTRATIVA
Francisco Gonçalves Vieira
José Amorim Neto
Claudionor da Costa
ORG. E SINDICALIZAÇÃO
Fco. de Assis Lopes Bezerra
José Gabriel Ramos
José Valmir Soares de Sousa

CONSELHO FISCAL

Alfredo Moreira, Álvaro de Oliveira, Fernando Hugo Menezes, José Guedes de Araújo Neto, Ribamar dos Santos Lima, Fco. Alves Barbosa II, Mozart Ramos de Abreu Filho

retrospectiva

FEVEREIRO

Muito além do carnaval - um mês de mobilizações



Uma semana após o carnaval o mês de fevereiro mostrou intensa agenda sindical. Dia 18, reuniram-se em plenárias setoriais os departamentos da Condsef. No dia 19, ocorreu uma oficina na Câmara dos Deputados que debateu negociação coletiva e direito de greve.

MARÇO

Nova gestão do SINTSEF/CE. A ordem é lutar para transformar

Entre os dias 4 e 8, de março ocorreu todo o trâmite das eleições para nova gestão do SINTSEF/CE: votação, trânsito das urnas e apuração.

Foi eleita para a direção colegiada, a Chapa 2, com 49,70% dos votos. Também foram eleitos os membros do Conselho Fiscal e as coordenações das oito

No dia seguinte aconteceu, com um ato na Esplanada dos Ministérios, o lançamento da Campanha Salarial 2013, protocolada em janeiro.

Fechando a semana houve, reuniões do CDE e Direção Nacional da Condsef. Dia 21, os trabalhadores da Conab reuniram-se em plenária.

delegacias, em votações específicas.

A posse da nova Direção Colegiada e do Conselho Fiscal ocorreu no dia 12, em uma cerimônia que reuniu cerca de 200 pessoas no pátio da entidade.

Entre os dias 15 e 23 de março foram empossados também os coordenadores das delegacias, em suas respectivas regiões.



No dia 8 de março, a 7ª marcha das centrais sindicais e movimentos sociais reuniu cerca de 50 mil trabalhadores em Brasília. Entre as bandeiras de luta estava a regulamentação definitiva

da negociação coletiva no serviço público, além da defesa pela ampliação dos investimentos públicos.

Dia 13 foi aberto o prazo para eleição dos delegados de base. As assembleias ocorreram até 11 de maio.

ABRIL

24 anos em busca de um serviço público digno

Em 16 de abril o SINTSEF/CE completou 24 anos. A data foi marcada por uma atividade festiva ocorrida no dia 20.

Com apenas um mês de gestão, a nova direção colegiada aproveitou o momento para reforçar o seu compromisso com a entidade. Em editorial do jornal daquele mês (edição 260), a direção colegiada enfatizou: "Na comemoração de 24 anos o SINTSEF/CE parabeniza seus quase 10 mil filiados, que acreditam, confiam e dedicam-se a esta causa maior que

é a luta por um serviço público de qualidade, que seja valorizado pelos Governos, e capaz de atender as necessidades da população. Aos servidores que, por qualquer motivo ainda não se uniram à nossa batalha, fica o convite: participem do SINTSEF/CE e formem conosco um único corpo em nome do serviço público".

Banners com imagens de diversos momentos de luta da entidade sindical foram confeccionados e espalhados na sede do sindicato.



retrospectiva

JUNHO

Manifestações, greve e novos delegados de base foram os temas deste mês

MAIO

Encontros e discussões pautam as atividades dos servidores

Em maio o projeto de reestruturação do DNOCS foi debatido em Audiências Públicas no Congresso Nacional. Senado e Câmara reuniram pessoas em torno do tema. Aconteceram também caravanas com debates nos estados que compõem o polígono das secas, área de atuação do DNOCS. No dia 28, o grupo de trabalho, com o apoio do Dep. Eudes Xavier, finalizou, a minuta do projeto de Reestruturação.

MEIO AMBIENTE E DNIT

No início do mês os servidores da área ambiental protocolaram no GT que debate as questões do setor, um conjunto de propostas contendo itens como regulamentação de gratificação de qualificação; ampliar o valor do Vencimento Básico em relação à gratificação (GDAEM); diminuição da diferença salarial entre os cargos de nível superior e intermediário; adicional de periculosidade, insalubridade e penosidade; dentre outros.

Em meados do mês os servidores do DNIT começaram a reunir-se para discutir a possibilidade de uma greve do setor.

SAÚDE

Também em maio os servidores do Ministério da Saúde/Funasa sofreram novo golpe: um memorando orientou os departamentos de Recursos Humanos a suspenderem o reconhecimento e conversão de tempo de atividade exercida em condições insalubres. Foram suspensos todos os pedidos, novos e em andamento, de concessão de Abono Permanência e de Aposentadoria com a utilização do tempo de atividade especial exercida a partir de 12 de dezembro de 1990, convertido em tempo comum, com apoio em Mandato de Injunção.

SINTSEF/CE

No dia 11 de maio, encerram-se as eleições para delegados de base do SINTSEF/CE.

No final do mês, os coordenadores de aposentados e pensionistas participaram na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) no Senado Federal de audiência pública com o tema "Direito das pessoas idosas: uma questão de cidadania".

O Brasil viveu uma efervescência de manifestações em junho. A realização da Copa das Confederações e aumentos abusivos nos valores de passagens do transporte público foram o estopim deste movimento.

Neste mês o SINTSEF/CE realizou o primeiro encontro de delegados sindicais de base com os novos representantes eleitos. Foram eleitos 314 delegados e delegadas e 179 suplentes, em 191 assembleias ocorridas nos locais de trabalho, em Fortaleza, e nas oito regiões onde a entidade possui delegacias, além de

duas realizadas na sede da entidade, contemplando os setores de aposentados/pensionistas e pdvistas.

Em 25 de junho, os servidores do DNIT entraram em greve por tempo indeterminado. A greve foi o último recurso de uma negociação que vinha sendo "cozinhada" pelo governo. A pauta principal dos servidores era a reestruturação da tabela remuneratória, uma vez que a categoria segue com sua remuneração defasada há pelo menos cinco anos, bem como a equiparação salarial com os trabalhadores da ANTT.



JULHO

Dia nacional de lutas mobiliza os trabalhadores em todo o país

As manifestações continuaram em julho. No dia 11, as centrais sindicais realizaram, em todo o país, um Dia Nacional de Luta. Paralisações, atos e manifestações, em rodovias, locais de trabalho, praças, ruas, aeroportos, foram alguns dos mecanismos usados para chamar atenção para a Pauta da Classe Trabalhadora.

Uma vitória jurídica garantiu o reestabelecimento dos

26,05% (Plano verão) dos servidores da Funasa, percentual que havia sido suspenso em abril.

Ainda neste mês em uma reunião do sindicato com os servidores do IPHAN constatou-se o abandono pelo qual o Instituto passa. Até aquela data, no Ceará, apenas 16 servidores públicos de carreira estavam lotados no órgão. Apenas 16 pessoas para um estado de 184 municípios.



retrospectiva

No dia 13 de julho aconteceu novo encontro de Delegados Sindicais de Base, além dos informes, um debate sobre as manifestações de junho foi conduzido pelo filósofo e filiado do sindicato, Jorge Luis de Oliveira.

O SINTSEF/CE lamentou a perda do ex-diretor João

Eudes Moreira Rodrigues, aposentado da UFC ocorrida dia 23.

O mês terminou com uma atitude ditadora do Governo, que aumentou a revolta dos servidores do DNIT: o corte de ponto dos primeiros cinco dias de greve (25 a 30 de junho). A greve se fortaleceu.



SETEMBRO

Saúde do trabalhador foi tema do mês

Terminou em 6 de setembro, após cerca de 70 dias, a greve dos servidores do DNIT. Os servidores avaliaram que era o momento de encerrar o movimento, embora o governo tenha sido inflexível nas negociações.

O setor manteve-se em luta. Os debates ocorridos a partir da paralisação foram relevantes para fortalecer a unidade dos servidores.

No dia 20 de setembro, o SINTSEF/CE participou de Audiência Pública na Assembleia Legislativa de Pernambuco. O debate foi a situação dos servidores

públicos demitidos nos governos Collor e Fernando Henrique. O Programa de Demissão Voluntária (PDV) foi um dos itens da pauta.

Dia 25, servidores do Inkra realizaram atividades em todo o país, em defesa do plano de saúde de autogestão, Fassincra, alienado pela ANS.

Dois dias, quatro temas, sete palestrantes, 170 participantes e inúmeras ideias, esta foi a síntese do II Seminário de Saúde do Trabalhador, realizado pelo SINTSEF/CE nos dias dias 26 e 27, em Fortaleza.



AGOSTO

Contra a terceirização! Em defesa do serviço público de qualidade!

Ampla mobilização aconteceu em agosto contra o PL 4330, em tramitação no Congresso. O projeto de lei quer a consolidação da terceirização em todos os setores, provocando o avanço da superexploração ao trabalhador, desregulamentando todos os direitos que hoje são garantidos pela CLT

Consolidação das Leis de Trabalho - CLT.

No dia 30 de agosto, o Fórum Nacional de Entidades em defesa dos Servidores e Serviços Públicos realizou um Dia Nacional de Paralisação.

Em todos os estados brasileiros os servidores públicos foram às ruas em defesa do serviço público gratuito e de qualidade.



retrospectiva

OUTUBRO

Direito de greve, democratização da comunicação, plano de carreira da AGU movimentam o mês

O mês de outubro intensificou o debate sobre regulamentação do direito de greve no serviço público. Os servidores iniciaram pressão contrária a aprovação de uma minuta de Projeto de Lei, proposta pelo Senador Romero Jucá, que diz propor a regulamentação do direito de greve, mas, na verdade mina este direito.

Também neste mês o sindicato participou de curso de comunicação promovido pela CUT/CE buscando aumentar a unidade em torno da busca

pela democratização da comunicação no país.

Em referência ao dia do Servidor Público, o sindicato publicou nota comemorativa em jornal de grande circulação no Estado.

No dia 29, os servidores administrativos da Advocacia Geral da União (AGU), no Ceará, fizeram um ato em protesto pela falta de um plano de carreira no setor, dentre outras demandas. Há 20 anos, desde a instituição do órgão, os servidores da AGU esperam por este plano.



NOVEMBRO

Campanha pede regulamentação da Convenção 151 da OIT

O mês de novembro começou com a volta do projeto Pipoca com Arte. O filme escolhido foi "Sociedade dos Poetas Mortos" uma sugestão do seminário de saúde do trabalhador.

Também neste mês o boletim diário "A voz do SINTSEF" ganhou versão modernizada e interativa. A mudança fez parte de um projeto da coordenação de comunicação, que, dentre outras coisas, pretende promover oficinas sobre o tema em 2014.

No dia 9, ocorreu mais um Encontro do Conselho de Delegados Sindicais de Base. Na ocasião, representantes de três das nove teses inscritas no Congresso da Condsef,

apresentaram as respectivas teses das quais faziam parte.

Foi lançada pela CUT, em Brasília, dia 19, a Campanha Nacional pela regulamentação da Convenção 151 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), que regulamenta direitos sindicais dos servidores públicos.

No dia 22, o SINTSEF/CE promoveu, no auditório da Receita Federal, debate sobre aposentadoria no serviço público, suas regras, desafios e perspectivas.

Entre os dias 20 e 24 o SINTSEF/CE participou do 19º Curso Anual de Comunicação do Núcleo Piratininga. No evento foi lançado o livro do filósofo e filiado do sindicato Jorge Luís de Oliveira.



DEZEMBRO

Declarações atacam o direito de greve dos servidores, a luta se amplia. XI Congresso da Condsef agita o último mês do ano.

No início do mês o ministro do STF, Luiz Fux, afirmou ser "demagogia" e "desatino" garantir o direito de greve dos servidores públicos. A declaração gerou uma imediata indignação e causou profunda revolta na categoria.

Hoje, no Congresso Nacional tramitam cerca de 25 projetos que tentam

impedir a greve no setor público. A luta contra os projetos cresce cada vez mais.

Discutindo este e diversos outros temas, a Condsef realizou entre os dias 11 e 15 de dezembro o seu XI Congresso. O Ceará foi anfitrião do evento, que ocorreu na Praia das Fontes, em Beberibe (Leia na pág 8).



aconteceu

XI CONGRESSO DA CONDSEF

Nova direção da entidade tem o desafio de transformar a negociação com o governo

Em cinco dias de atividades o XI Congresso da Condsef discutiu com profundidade importantes temas dos servidores públicos federais. Algumas propostas de mudança foram aprovadas, algumas questões ficaram para ser discutidas em uma assembleia estatutária que ocorrerá apenas em 2015.

Confira alguns dos pontos discutidos:

• NEGOCIAÇÃO

O XI Congresso aprovou a continuidade das mesas de negociação com o governo, porém lançou o desafio para a nova gestão da Condsef, transformar o formato destas mesas para garantir menos desgaste, mais eficiência e resultados.

• NEGOCIAÇÃO COLETIVA, EFETIVAÇÃO DA CONVENÇÃO 151

Outra bandeira aprovada foi a luta pela efetivação da Convenção 151 da OIT, já ratificada pelo Brasil em 2010.

• DESFILIAÇÃO DA CUT

O tema foi debatido pelos participantes, porém,

por se tratar de uma questão estatutária ficou para ser discutido em plenária específica.

• ELEIÇÃO DIRETA NA BASE

Também surgiu a proposta de eleição direta da direção da Condsef na base. Porém trata-se de uma situação impossível legalmente, tendo em vista que a Condsef não possui pessoas como filiados e sim entidades. Assim, as eleições permanecem nos moldes atuais.

• MANUTENÇÃO DA UNIDADE DO FÓRUM DAS ENTIDADES

Outro ponto discutido e aprovado foi que as entidades permaneçam unidas e utilizem o Fórum

como uma espaço de construção da luta dos próximos 3 anos e, da greve prevista para o 1º quinzena de março de 2014.

• INCORPORAÇÃO DA GRATIFICAÇÃO DE DESEMPENHO AO VENCIMENTO BÁSICO PELA MÉDIA DOS ÚLTIMOS 5 ANOS

Com essa mudança a paridade para aposentados e pensionistas estaria garantida.

• EQUIPARAÇÃO SALARIAL A PARTIR DOS PERCENTUAIS DA LEI 12277/10

Instituída em 2010 a lei elevou salários apenas de uma parte dos servidores.

A luta pela equiparação de todos aos mesmos percentuais deve ser o carro-chefe da Campanha Salarial 2014.

• LUTAR POR TODAS AS PECS E PLS QUE AMPLIAM DIREITOS (INCLUINDO A PEC 555 QUE ACABA COM A CONTRIBUIÇÃO DOS INATIVOS MESMO QUE PASSEM DO TETO DA PREVIDÊNCIA) E CONTRA TODOS OS PLS, PECs E SIMILARES QUE RETIRAM DIREITOS DOS SERVIDORES

Estes dois pontos agruparam diversas propostas que tratavam especificamente de alguns projetos, emendas e similares.

NOVA DIREÇÃO DA CONDSEF

O XI Congresso da Condsef terminou com a eleição da nova direção da entidade. O novo secretário geral da Confederação será o atual diretor de imprensa, Sérgio Ronaldo da Silva, que em seu discurso enfatizou a unidade como garantia de força da luta. A direção toma posse em janeiro.

Obedecendo ao Estatuto da Condsef que estabelece eleição proporcional, os 11 membros da executiva, os 22 da direção nacional, os

3 do Conselho Fiscal e seus respectivos suplentes são distribuídos na proporção dos votos obtidos por cada chapa no final da apuração.

Também são definidos proporcionalmente os integrantes dos 12 departamentos, sendo cinco titulares e três suplentes, em cada departamento.

Três chapas participaram da eleição, tendo sido os votos assim distribuídos:

• CHAPA 1 - INDEPENDENTES E ALIADOS - 60,42% - 7 membros na executiva e 13 na direção nacional.

• CHAPA 2 - UNIDOS PRA LUTAR - 6,69% - 1 membro na executiva e 2 na direção nacional.

• CHAPA 3 - ARTICULAÇÃO, OT, ARTICULAÇÃO DE ESQUERDA E MRS - 32,78% - 3 membros na executiva e 7 na direção nacional.

